

# O empenho do Presidente e o ceticismo dos burocratas

JORNAL DO BRASIL

- 6 JAN 1987

**José Tavares de Araújo Jr.**

**D**IAS atrás eu tentava convencer um funcionário do terceiro escalão da importância do programa de integração com a Argentina, e é que a prioridade do governo Sarney para com a América Latina não era apenas retórica.

Impávido, com sua experiência de vinte e tantos anos de serviço público, ele me contestou: "A atitude do Presidente é muito louçável, mas nós, técnicos, temos que conduzir esses protocolos com os argentinos com a devida cautela, pois os presidentes passam e nós ficamos. Amanhã vem outro com prioridades distintas e será nosso o encargo de operar a mudança de rota."

É óbvio que os diversos protocolos assinados pelos presidentes Alfonsín e Sarney em julho e dezembro deste ano constituem tão somente o ponto de partida de um programa cuja implementação dependerá de governos futuros. Entretanto, escapa ao descortino do nosso amanuense o fato de que esses protocolos não resultam de caprichos presidenciais, mas de uma conjuntura histórica que possui fôlego suficiente para assegurar a continuidade dos principais objetivos do programa.

Visto sob a ótica dos interesses brasileiros, o programa de integração com a Argentina significa o estabelecimento de um novo marco de referência para a condução de nossa política externa no âmbito da América Latina. Com isso será possível que a economia brasileira venha exercer, com certo atraso, o papel que há vários anos lhe compete: o de atuar como fonte de sustentação dos níveis de comércio intra-regional e dos ritmos de crescimento dos demais países da área.

É conveniente frisar que não se trata de generosidade para com os países vizinhos, mas de algo que é essencial para o futuro de todos os segmentos de ponta da economia brasileira. Ao contrário do que faziam supor os devaneios de grande potência na década passada, a indústria brasileira dificilmente será competitiva em ramos como biotecnologia, química fina ou informática sem a ajuda dos nossos vizinhos. Sob as formas mais diversas, será necessário contar com eles como parceiros comerciais, como sócios em empreendimentos conjuntos, como colaboradores em projetos de pesquisa tecnológica, como supridores de determinados bens ou serviços, como aliados em querelas internacionais, etc.

Tudo isso pela simples razão de que uma característica fundamental das indústrias que estão em voga neste final de milênio é a da produção conjunta. Segundo nos ensina a teoria econômica,

indústrias marcadas por esta característica só são factíveis naquelas economias que oferecem condições para a solução do trinômio "tecnologia — vetor de produção — dimensão do mercado". E o bom senso indica que quanto maior o tamanho do mercado mais fácil será acomodar as duas outras variáveis.

Cabe então perguntar: se o Brasil precisa tanto da América Latina, por que só agora nos demos conta disto? Seria possível escrever alguns livros explorando este tema, que na verdade é inesgotável, se optarmos pelo filão dos paradoxos. Há, contudo, um fator que merece destaque, devido à sua capacidade de perturbar os planos atuais do governo: a visão mercantilista sobre comércio exterior que é amplamente difundida nos inúmeros escalões da burocracia brasileira.

Resultante, talvez, do peso exercido pelos desequilíbrios de balanço de pagamentos na história econômica do país dos últimos cinquenta anos, é freqüente entre nossos burocratas a crença de que a principal função do comércio exterior é produzir superávits. A noção alternativa, segundo a qual as trocas internacionais propiciam ao país condições para elevar os níveis de eficiência do sistema produtivo, aparentemente não faz muito sucesso.

Não é preciso relembrar aqui as vicissitudes do mercantilismo mas apenas notar que a política de exportar o máximo e importar o mínimo tem levado a resultados desastrosos, quando aplicada pelo Brasil em relação à América Latina. Entre 1981 e 1985, nosso comércio com os demais países da região foi reduzido quase à metade, como consequência de nossa política de controle de balanço de pagamentos. Com todos esses países, sem uma única exceção, nossas exportações declinaram praticamente na mesma proporção que as importações. Assim, o resultado prático de nossa política comercial foi o de propagar e acentuar a recessão no continente.

A penosa experiência dos anos de recessão serviu pelo menos para demonstrar que para o Brasil é inútil tentar resolver problemas de balanço de pagamentos restringindo suas importações da América Latina e que, por outro lado, é possível formular uma política comercial de longo prazo para a região independentemente de eventuais crises cambiais. Ciente disto, o presidente Sarney é otimista quanto às possibilidades de levar a cabo seus planos de governo. Mas convém também que ele esteja alerta para o ceticismo de alguns dos seus subordinados.

**José Tavares de Araújo Jr.** é secretário executivo da Comissão de Política Aduaneira